

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE TUBARÃO - FUNAT**

Rua Antônio Borges, s/n, Oficinas  
CEP: 88702600 - Tel: (47) 3626-8727

**Licença Ambiental de Instalação**  
**776/2020**



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE TUBARÃO - FUNAT, com base no processo de licenciamento ambiental nº URB/3613 e parecer técnico nº 2791/2020, concede a presente Licença Ambiental de Instalação à atividade abaixo descrita:



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

<https://sinfat.ciga.sc.gov.br/licenca/baixar/6186/3183>

**Empreendedor**

**Nome:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO

**CPF/CNPJ:** 82928656000133

**Endereço:** FELIPE SCHMIDT, 108, CENTRO

**CEP:** 88701180

**Município:** TUBARÃO

**Estado:** SC

**Para Atividade**

71.21.10 - Loteamento com fins industriais e comerciais.

**Empreendimento**

MUNICÍPIO DE TUBARÃO - 82928656000133

**Localizado em**

**Endereço:** Rua Manoel Jovencio de Castro, 00,

**CEP:** 88701180

**Município:** TUBARÃO

**Estado:** SC

**Coordenada Plana (UTM):** X 2139450.169713028, Y 4319320.14543554

**Da instalação**

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de implantação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

**Condições gerais**

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do órgão licenciador.

II. Este órgão licenciador, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.

IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados a este órgão licenciador no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

**Documentos em Anexo**

Nada consta

**Condições de validade****Descrição do Empreendimento**

Trata-se de um loteamento industrial com área total de 70.000,00 m<sup>2</sup>, com matrícula nº 43.631 registrada no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Tubarão. O empreendimento será constituído por 23 lotes, 1 área verde de uso comum e 01 área de uso institucional. O imóvel é de propriedade da Prefeitura Municipal de Tubarão. Os lotes perfazem uma área total de 46.963,72m<sup>2</sup>, enquanto

que 12.420,58 m² serão destinadas para arruamento, 7.909,32 m² serão destinados para usos institucionais e 5.703,34 m² serão destinados à implantação de área verde de uso comum.

### **Aspectos Florestais**

A região do empreendimento abrange a região fitogeográfica do Bioma da Mata Atlântica, mais precisamente a formação de Floresta Ombrófila Densa, conforme o IBGE. Atualmente, a ADA do empreendimento encontra-se altamente descaracterizada da sua cobertura florestal original, sendo possível encontrar poucos exemplares de espécie nativas. A cobertura vegetal predominante no terreno é composta por espécies exóticas, muita das quais podem ser consideradas invasoras, por exemplo, as espécies dos gêneros *Pinus* e *Eucalyptus*. Com base na Resolução CONAMA nº04/1994, foi possível constatar a ocorrência de porções do terreno cobertas com vegetação nativa nos estágios secundários inicial a médio, além de árvores nativas ocorrendo de forma isolada.

### **Programas ambientais**

1. Programa de controle de processos erosivos,
2. Programa de controle de emissões atmosféricas,
3. Programa de monitoramento da poluição sonora,
4. Programa de gestão ambiental dos resíduos sólidos,
5. Programa de comunicação social,
6. Programa de educação ambiental
7. Programa de prevenção de riscos ambientais,
8. Programa de saúde e segurança do trabalho,
9. Programa de monitoramento das águas superficiais,
10. Programa de monitoramento da flora,
11. Programa de monitoramento da fauna,
12. Programa de monitoramento dos efluentes líquidos,

### **Medidas compensatórias**

Medida compensatória referente à supressão da vegetação nativa. Será definida no Processo Administrativo nº96/2019, mediante a assinatura de um TCA.

### **Análise técnica**

Foram apresentados todos os projetos necessários para a implantação dos programas ambientais mencionados no Estudo Ambiental Simplificado – EAS. Além disso, o empreendedor apresentou também plano de recomposição da vegetação nativa na áreas verdes, bem como projeto de arborização das vias do loteamento.

Os efluentes sanitários gerados no canteiro de obras durante a fase de implantação do empreendimento serão tratados por meio do uso de banheiros químicos, que serão fornecidos por empresa devidamente habilitada, a qual realizará coletas periódicas do efluente e promoverá o tratamento e destinação correta do mesmo, conforme legislação vigente.

Os resíduos sólidos gerados na fase de implantação do empreendimento serão gerenciados conforme plano de gerenciamento de resíduos da construção civil, elaborado por profissional legalmente habilitado. Os resíduos da construção civil deverão ser recolhidos por empresa devidamente licenciada sendo enviados para aterros específicos. Os resíduos Classe I (perigosos) deverão ser enviados para aterros industriais devidamente licenciados. Demais resíduos sólidos que não se enquadrem na categoria de RCC serão destinados à coleta municipal.

Os projetos executivos de terraplanagem e pavimentação, do sistema de drenagem pluvial e urbanístico do loteamento foram devidamente aprovados pela Secretaria de Urbanismo do Município.

O abastecimento de água do empreendimento será implantado pelo empreendedor e mantido e operado pela Tubarão Saneamento.

A rede de distribuição de energia elétrica será executada pelo empreendedor, sendo interligada ao sistema da CELESC, a qual fornecerá a energia elétrica a ser consumida.

Na área diretamente afetada predomina altamente descaracterizada da sua cobertura florestal original, sendo possível encontrar poucos exemplares de espécie nativas. A cobertura vegetal predominante no terreno é composta por espécies exóticas. Não foi apresentado a autorização de corte para árvore isolada, e ainda, foi evidenciado o corte de parte dos exemplares arbóreos, conforme descrito no processo administrativo nº 96/2019. Fica proibido o corte de árvores ou qualquer tipo de supressão de vegetação nativa do bioma mata atlântica, nas áreas de influência do presente empreendimento sem a posse da devida autorização de corte emitida pelo órgão ambiental competente.

Deve-se comprovar a formalização e execução de um TCA, em virtude do corte das árvores isoladas na área para a obtenção da LAO do empreendimento.

Conforme consta no Processo Administrativo nº 096/2019, foi lavrado o Auto de Infração Ambiental para a empresa Pavimentadora Alfa LTDA.

A.I nº 0872 pelo corte de árvores nativas isoladas na área em estudo.

A.I. nº 0871 por iniciar a implantação do loteamento sem a obtenção da LAI.

### **Conclusão**

Conforme vistoria *in loco* e análise da documentação apresentada no processo de LAI do empreendimento denominado LOTEAMENTO INDUSTRIAL SÃO JOÃO conclui-se que os possíveis impactos ambientais gerados pela atividade do empreendimento serão controlados e/ou mitigados de forma adequada.

Cabe esclarecer que a FUNAT não possui responsabilidade técnica sobre os projetos de sistemas de controle ambiental propostos, sendo a execução, operação e comprovação de eficiência desses, de inteira responsabilidade da própria empresa e dos responsáveis técnicos.

Com base nas informações analisadas no projeto e vistoria *in loco* somos de parecer favorável à liberação da LAI para o empreendimento citado, desde que cumpridas as condicionantes presentes neste documento.

### **Condições específicas**

- O destino final dos resíduos sólidos deverá estar de acordo com a Lei nº 12.305/2010;
- A destinação dos resíduos da construção civil deverá estar de acordo com as Resoluções CONAMA 307/2002, 431/2011 e 448/2012, seguindo os parâmetros estabelecidos no Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil do empreendimento;
- Deverá ser entregue com periodicidade trimestral o relatório de controle ambiental contendo, a quantidade de resíduos produzidos, relatório fotográfico, bem como cópia da Licença Ambiental de Operação da empresa responsável pela coleta;
- Os padrões de lançamento de efluentes líquidos deverão estar de acordo com as resoluções do CONAMA nº 357/05, 430/11, bem como a Lei 14.675/09;
- Deverão ser apresentados relatórios de acompanhamento da obra e de execução dos programas, planos e controles ambientais com periodicidade trimestral;
- O empreendedor deverá impor restrição do horário de funcionamento das fontes de poluição sonora, sendo que o nível de emissões de ruídos deverá obedecer aos padrões estabelecidos pela legislação;
- O empreendimento deverá solicitar a Licença Ambiental de Operação (LAO) dentro de cento e vinte (120) dias antes do vencimento da LAI.

### **Documentos que fundamentam o parecer**

Todos os documentos constantes no Requerimento Sinfat nº 6186.

### **Controles ambientais**

- Os efluentes sanitários serão confinados em banheiros químicos;
- Os resíduos da construção civil serão coletados, transportados e destinados conforme plano de gerenciamento apresentado;
- Os resíduos contaminantes serão enviados para aterros devidamente licenciados;
- Os resíduos sólidos domésticos serão segregados e recolhidos pela municipalidade;
- Monitoramento periódico de máquinas e equipamentos garantindo os padrões de qualidade do ar.

### **Atendimento das condições de validade da licença anterior**

- Cópia da Autorização de Corte expedida pelo órgão ambiental estadual no protocolo da LAI: não foi apresentada autorização de corte, foi efetuado o corte das árvores sem autorização.
- Deverá ser apresentado, no protocolo da LAI, relatório técnico acompanhado de ART, comprovando a retirada dos resíduos dispostos irregularmente no local e a destinação correta dos mesmos, conforme legislação vigente: foi apresentado ofício do IMA, declarando que a área está reabilitada para implantação do loteamento.
- Todos os projetos para implantação dos programas ambientais mencionados no Estudo Ambiental Simplificado - EAS foram apresentados com as devidas ARTs do profissionais responsáveis pela elaboração e execução;
- Apresentar o parecer final conclusivo do IPHAN: até o momento não foi obtido a resposta do IPHAN.
- Apresentar plano de recomposição da vegetação nativa nas áreas verdes acompanhado por ART de elaboração e execução;
- Foi apresentado o plano de gerenciamento dos resíduos de construção civil acompanhado por ART de elaboração e execução.
- Foi apresentado projeto de arborização do empreendimento acompanhado por ART de elaboração e execução;
- Foi apresentada cópia de contrato com empresa responsável pelo fornecimento dos banheiros químicos, bem como cópia do contrato com empresa responsável pelo fornecimento dos banheiros químicos e cópia da LAO da referida empresa;
- Não houve a apresentação de EIV, pois conforme legislação municipal não é aplicável ao presente empreendimento;

**Condições de validade e condicionantes**

- Todas as atividades técnicas deverão ser executadas/acompanhadas/supervisionadas por profissionais legalmente habilitados;
- É proibido o corte de árvores ou qualquer tipo de supressão de vegetação nativa do bioma mata atlântica nas áreas de influência do presente empreendimento sem a posse da devida autorização de corte emitida pelo órgão ambiental competente;
- A destinação dos resíduos da construção civil deverá estar de acordo com as Resoluções CONAMA 307/2002, 431/2011 e 448/2012, seguindo os parâmetros estabelecidos no Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil do empreendimento;
- Apresentar o parecer final conclusivo do IPHAN em trinta (30) dias;
- Apresentar relatório, acompanhado de ART, e comprovante de destinação para os resíduos dispostos irregularmente no local antes da solicitação da LAO;
- Apresentar comprovação de consolidação e execução do TCA no protocolo de solicitação da LAO, firmado entre a FUNAT e a empresa contratada ou pela empresa contratante.

**Descrição da Atividade**

Trata-se de atividade de parcelamento do solo urbano com fins industriais e comerciais, mediante modalidade de loteamento.

A área total do empreendimento é de 70.000,00 m², dividido em 23 lotes, 01 área verde de uso comum e 01 área para uso institucional

**Observações**

- Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- A Licença Ambiental de Operação - LAO deve ser requerida antes do vencimento desta LAI.
- Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a este órgão licenciador sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

**Prazo de validade**

A presente licença é **válida por 12 meses** a partir da assinatura e observadas as condições deste documento.

**Data, local e assinatura**

TUBARÃO, 06 de Abril de 2020

DJALMA ALVES  
PRESIDENTE